



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

São Paulo, 30 de Abril de 2020.

Ofício 49º GV nº 40/2020

Assunto: Representação - suspensão do Programa MOVA

Ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça do **GEDUC/MP-SP**.

A Prefeitura de São Paulo suspendeu o termo de colaboração firmado com o movimento de alfabetização de jovens e adultos - MOVA em meio a pandemia do Coronavírus. Frisa-se que não havia contraprestação pecuniária, mas somente uma ajuda de custo.

Alegou a Municipalidade que sua decisão encontra lastro na Lei Municipal nº 17.335, de 27 de março de 2020 e no Decreto nº 59.321 de 2020 que dispõem sobre autorização de medidas excepcionais no âmbito dos contratos administrativos de prestação de serviços, finanças públicas e outra medidas em face da situação de emergência e estado de calamidade pública decorrente do coronavírus, e no Decreto 59.283, que declara situação de emergência na Capital.

No dia 19/03/2020, a Secretaria Municipal de Educação publicou a Instrução Normativa nº 13, estabelecendo medidas transitórias e antecipando o período de recesso das unidades educacionais da rede direta em razão do Coronavírus, suspendendo também as parcerias realizadas com diferentes entidades que implementam o MOVA.

O MOVA foi criado pelo professor Paulo Freire em 1989, quando secretário da Secretaria de Educação de São Paulo, no governo da Sra. Luiza Erundina. Um dos objetivos do MOVA é promover a inclusão de jovens e adultos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

analfabetos, garantindo-lhes direito à educação. O projeto existe em 10 Estados, e em mais de 200 municípios.

Isso ocorreu mesmo sendo o município de São Paulo a cidade com maior número de pessoas analfabetas, segundo os últimos censos do IBGE. Claro que é necessário lembrar que São Paulo é a cidade mais populosa do Brasil, são 12,18 milhões de habitantes, proporcionalmente falando, o índice é baixo, mas em números absolutos isso representa 283.759 de pessoas sem saber ler e escrever.

É importante mencionar que o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade de São Paulo é maior do Brasil, colocando a nossa cidade na 10ª posição no ranking das cidades mais ricas do mundo. Com 10,6% de participação e R\$ 699,3 bilhões de contribuição para a economia nacional em 2017, a maior entre todos os 5.570 municípios, São Paulo tem um PIB equivalente ao da soma de 4.305 municípios ou 77,3% das cidades brasileiras.

A riqueza da cidade parece não significar a riqueza dos seus habitantes, pois o analfabetismo é a expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta.

A alfabetização pode ser vista como um indicador de sucesso. Um sistema educacional que funcione é aquele que garante o direito à educação de todos os cidadãos de seu território, dessa forma, o analfabetismo deve ser visto também como uma falha completa do sistema educacional. O Estado deveria corrigir esta falha e possibilitando meios de garantir aos todos cidadãos acesso a oportunidades educacionais em uma escola de ensino regular.

Para alcançar este objetivo é necessário construir políticas públicas para a educação de jovens e adultos, porém, não é o que a Prefeitura de São Paulo vem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

fazendo, pelo contrário, nos últimos anos percebemos que está havendo um verdadeiro desmonte na educação, cria-se voucher para resolver qualquer problema, sem apresentar um estudo técnico que demonstre que as medidas adotadas resolverão os problemas a médio ou longo prazo.

Falta vaga na creche? A prefeitura cria o “Voucher Creche”. Falta uniforme? A prefeitura cria o “Voucher Uniforme”. Terceira-se tudo que é possível. Para depois culpar as redes parceiras pelos péssimos resultados. Mas, como obter bons resultados se a Prefeitura, justamente num momento delicado como o que estamos vivendo resolve por bem suspender a ajuda de custo fornecida? A quem devemos cobrar ? Das ditas parceiras ? Evidentemente que não.

Devemos cobrar da Prefeitura, que sempre justifica as denúncias sobre reiterados cortes da educação, alegando “escassez de verba” mesmo tendo um PIB de R\$ 699,3 bilhões, que como foi dito representa a soma de 4.305 municípios ou 77,3% das cidades brasileiras.

O papel desempenhado pelo MOVA no campo da educação popular é transformador, pois além de desempenhar atividades educacionais com jovens e adultos, ajuda na integração com a sociedade.

Não há dúvidas que com o corte dos repasses antes feitos a estas entidades, o serviço corre sério risco de deixar de existir. Não é demais lembrar que a Lei Municipal autorizou a adoção de medidas excepcionais para o combate à pandemia. Ora, no que auxiliará no combate à pandemia a precarização de um serviço tão essencial à dignidade humana quanto é a alfabetização de adultos?

Assim, requer-se à Vossa Excelência, a adoção das medidas cabíveis no âmbito deste r. Ministério Público em face das notícias aqui narradas, bem como



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

para evitar o nítido retrocesso das políticas públicas voltadas a garantir o acesso à educação a todos.

Certos de vosso empenho, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO BIAGIO VESPOLI
Vereador (PSOL)

SÂMIA BOMFIM
Deputada Federal (PSOL)